



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS

Acta nº 2/2016

Aprovada em 10/03/2017

No dia vinte e nove de Abril de dois mil e dezasseis teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão ordinária de 2016 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### I – ABERTURA DOS TRABALHOS

##### 1. Informações do Presidente

#### II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

##### 1. Intervenções dos Deputados Municipais

#### III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Informação escrita do Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

##### 1. Intervenção do Presidente da Câmara;

2. **Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2015**, apreciação e votação nos termos da al. l), do nº 2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

##### a) Relatório de Gestão e Documentos

##### b) Aplicação de resultados

##### c) Inventário/Património Imóvel Municipal 2015;

3. **1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº7/2016)** aprovação nos termos da al. a), do nº 1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

4. **Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2015**, aprovação nos termos da al. l), do nº 2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

5. **1ª Revisão ao Orçamento dos SMTUC de 2016**, aprovação nos termos da al. a), do nº 1, do artº 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

6. **Aditamento ao Protocolo de delegação de competências municipais 2013 – Obras, União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela**, aprovação nos termos da al. k), do nº 1, do artº 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

7. **Projecto do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações de Coimbra** – Comissão coordenadora do processo de Discussão Pública pela Assembleia Municipal (artº 3º, do RJUE);

8. **Regulamento Municipal de Água e de Águas Residuais**, aprovação nos termos da al. g), do nº 1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

9. **Coimbra Viva – SRU – liquidação/extinção**, apreciação nos termos das al. a) e b), do nº 2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;
10. **Relatório e Contas 2015 da AC, Águas de Coimbra, EM**, tomar conhecimento;
11. **Isenção do IMI ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais**, prédio na rua da Sota, nºs 3 a 19 da União das Freguesias de Coimbra
12. **Projecto de Acta nº 4 de 30 de Setembro de 2015**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

#### *Eleitos directos*

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Maria do Céu Fialho, Mário Carvalho, Rosa Isabel, António Sequeira, Ângela Pinto Correia, Nuno Silva, André Pereira, Isabel Garcia, Horácio Santiago e José Cortesão.

*Presidentes de Junta de Freguesia* António Coelho, João Marques, Fernando Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso e Jorge Veloso.

### **Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):**

#### *Eleitos directos*

Manuel Rebanda, Helena Moura Ramos, Nuno Freitas, Cabral de Oliveira, Alexandre Barros, Dino Alves, Rui Marques, Cristina Agreira e Júlio Gaudêncio.

*Presidentes de Junta de Freguesia:* José Simão, Manuel de Oliveira, Hélder Rodrigues, António Teodoro e Ricardo Rodrigues.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

#### *Eleitos directos*

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Carlos Ferreira, Jorge Seabra e Paulo Coelho.

#### *Presidentes de Juntas de Freguesia:*

Vitor Carvalho, José Pimenta e Jorge Mendes.

### **Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):**

#### *Eleitos directos*

José Reis, Leonor Barata, José Bandeirinha e Rui Pato.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

#### *Eleitos directos*

Sampaio e Nora

### **USB**

#### *Presidente de Junta de Freguesia:*

Rui Soares

### **Presenças da Câmara Municipal**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes a Vice-Presidente Rosa Reis Marques, os Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, João Barbosa de Melo, Francisco Queiroz, Paula Alves, José Belo e José Ferreira da Silva.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Helena Moura Ramos, como Primeira Secretária e Vitor Carvalho, como Segundo Secretário.

**O Presidente da Assembleia** iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

### **Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):**

Deputado municipal **Rui Campos**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;

Deputada municipal **Ana Janine**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**;

Deputado municipal **José Filipe**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal António Teodoro.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Deputada municipal **Margarida Fonseca**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **Carlos Ferreira**.

### **Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):**

Deputada municipal **Catarina Martins**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pelo Deputado Municipal **Rui Pato**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

**O Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

## **I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE**

### **Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 04:04 a 18:43 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Submeteu a Ordem de Trabalhos à votação – Aprovada por unanimidade;
- Informou que o “*cartão amarelo*” que foi distribuído, será para ser utilizado na votação, de “*cartão no ar*” de modo a que a contagem de votos seja mais facilitada;
- Deu conhecimento que já está constituída a Comissão que irá acompanhar e promover a discussão pública do Regulamento Municipal de Reabilitação e Edificação Urbano, que foi aprovado na semana passada, pela Câmara Municipal, as pessoas que foram convidadas e o “*modus operandis*” da mesma, para o debate;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que a resposta dada pelo Governo, através da Direcção Geral das Autarquias e do ofício assinado pelo Secretário de Estado competente, que conforta esta Assembleia Municipal, em relação às posições que tomou sobre o património municipal, que foi ilegalmente transferido, para a Comunidade Intermunicipal, lendo a parte final do referido ofício, já distribuído anteriormente pelos Líderes das bancadas;
- Manifestou a preocupação pela situação de injustiça para com os trabalhadores da Santix, que se encontram presentes, e, pediu aos Líderes de Bancada que tomassem contacto com a realidade destes trabalhadores e que tomassem uma estratégia, para encontrar uma solução para este problema;
- Deu conhecimento informalmente de uma Moção, apresentada pelo deputado Sampaio Nora sobre “A defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo”.

## II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### Intervenções dos Deputados Municipais

#### Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 20:18 a 23:35 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que está solidário com as palavras do Presidente da Assembleia Municipal, quanto ao apoio a dar aos trabalhadores da SANTIX, leu a intervenção, resultante de uma reunião com estes trabalhadores e terminou, apelando à consciência dos deputados municipais na defesa de Coimbra, porque defendendo Coimbra.

#### Intervenção do deputado municipal António Sequeira (PS): [\(áudio 23:57 a 27:31 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Relembrou as principais linhas programáticas do Programa Portugal 2020, nomeadamente:
  - Adopção do Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a actuação de 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, onde o Programa Operacional Regional do Centro se insere, com a aplicabilidade temporal de 2014 a 2020;
  - Informou ainda que deste envelope financeiro, a União Europeia coloca à disposição da região centro, via FEDER e FSE, 2,1 milhões de euros com o intuito de promover a economia do conhecimento, qualificar o capital humano e promover a sua inserção no mercado de trabalho, promoção da coesão territorial e do sucesso educativo, inclusão activa dos idosos mais desfavorecidos.
- Elogiou o Presidente da Câmara pelo esforço que este tem feito junto do poder político, para que o Programa 2020 saia do papel;
- Referiu-se ao corte do arvoredo em Bencanta, deixando o mote para que se equacione a construção de uma avenida, desde o pontão de Bencanta ao Almegue;
- Terminou, elogiando o modo como foi abrilhantada a abertura do espaço do Convento de S. Francisco, com o conto “Os Bichos” de Miguel Torga.

#### Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [\(áudio 27:49 a 35:38 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Manifestou solidariedade aos trabalhadores da Santix e lamentou não poderem ter a palavra, emprestando para isso a sua voz, às suas razões;
- Criticou a actual governação municipal afirmando que Coimbra vive numa espécie de austeridade democrática;
- Declarou preocupação com dois assuntos que se lhe afiguram graves, nomeadamente:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ A Via Central;

→ O rio e, em especial, os muros que o suportam, pedindo que se intervenha na reconstrução destes e do cais, nas suas escadarias, que se eliminem as barreiras urbanas que a nossa baixa é, e lembra, que Coimbra precisa de reclamar, para se afirmar porque lhe falta, entre outras coisas, a ligação a Viseu, um serviço ferroviário digno, o rio, a regeneração urbana e o Metro Mondego.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 35:54 a 38:39 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade pessoal e como deputado eleito pela CDU, aos trabalhadores da Santix;
- Questionou o Presidente da Câmara sobre a incapacidade de decisão que se verifica neste Município, sobre a nomenclatura de arruamentos, nomeadamente, sobre a nomenclatura de duas ruas da Relvinha, que foram propostas à Câmara Municipal, em Janeiro de 2014, e, quase 2 anos depois, continua-se à espera de uma resposta positiva ou negativa e perguntou: Foi para isso que se acabou com a Comissão de Toponímia? É para isso que as decisões são concentradas? Ou há razões que justifiquem que, após 2 anos passados, não haja uma resposta?

### **Intervenção do deputado municipal Sampaio e Nora (CDS):** [\(áudio 38:57 a 43:10 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Apresentou e leu uma proposta de moção sobre a Defesa do trabalho efectuado pelo de Ensino Particular e Cooperativa, e propôs que a Assembleia Municipal delibere sobre três pontos:

#### **MOÇÃO**

##### ***Sobre a Defesa do trabalho efectuado pelo de Ensino Particular e Cooperativa***

1. *Que em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, seja respeitado o concurso público realizado no ano de 2015, dando condições para que as escolas funcionem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso;*
2. *Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa de todas as escolas nesta situação;*
3. *Que seja dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Presidente da República.*

### **Intervenção do Presidente U F de Eiras e S. Paulo de Frades:** [\(áudio 43:49 a 50:04 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores da Santix, presentes nesta Assembleia Municipal;
- Trouxe como referência a apresentação do Projecto “Portugal 2020”, projecto esse que ocupa o espaço temporal de 2014 a 2020 e ao qual todas as freguesias e uniões de freguesias se associaram, em 2015;
- Propôs que se pergunte às entidades competentes pela gestão dos fundos comunitários e para quando está prevista a disponibilização de verbas do projecto;
- Disse ainda, que ficou preocupado quando o ouviu o Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão admitir que só agora e durante o mês de Maio, serão aprovados os primeiros projectos relativos aos investimentos das autarquias;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Apelou ao Presidente da Câmara que diligencie junto das entidades responsáveis, para que a iniciativa DLBC, seja dotada dos meios necessários para se tornar exequível.

### **Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):** - [\(áudio 50:24 a 56:50 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores da Santix, presentes nesta Assembleia Municipal;
- Apresentou e leu uma proposta de moção da CDU sobre “Poluição em Alcarraques”, e solicitou à Assembleia Municipal que delibere recomendar à Câmara Municipal de Coimbra para que interceda junto das entidades competentes, nomeadamente, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Direcção Regional de Economia do Centro e Direcção Regional de Agricultura do Centro, para que sejam implementadas medidas minimizadoras para que os impactos negativos dos vários níveis.
- Questionou a Câmara Municipal sobre o seu envolvimento, conhecimento e/ou solução do abate das árvores, executado pela Infraestruturas de Portugal, no troço da variante de Taveiro, frente à Escola Superior Agrária de Coimbra.
- Pediu ao executivo municipal para que se pronuncie e/ou obtenha os devidos esclarecimentos junto da Infraestruturas de Portugal.

### **Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas:** [\(áudio 57:03 a 59:59 minutos-1ª gravação a 02:25 minutos-2ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade para com os trabalhadores da Santix e a todos os trabalhadores em geral;
- Questionou a Câmara Municipal porque é que está há 3 anos sem receber qualquer apoio, excepto o apoio da delegação de competências, para as obras da sua freguesia, nomeadamente às colectividades, como rua da Casa do Pai, o arranjo da sede dos Escuteiros, o arranjo da rua para o Clube de Apoio aos Tempos Livres;
- Questionou o relatório trimestral do Presidente da Câmara, sobre o apoio à Feira Popular no valor de 20 mil euros! Também questionou as verbas destinadas à sua freguesia e afirmou que a verba, 20 mil euros, não chegam para as obras que estão em curso.

### **Intervenção da deputada municipal Cristina Agreira (CPC):** [\(áudio 03:15 a 11:15 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade não só para com os trabalhadores da Santix, mas também por todos os trabalhadores que estão ao seu lado e que também têm os seus postos de trabalho em perigo;
- Informou que a 14 de Abril deste ano as escolas com contratos de associação, quer em Coimbra, quer em todo o país, foram confrontadas com o despacho Normativo nº 1-H/2016, assinados em Agosto de 2015, entre o Ministro da Educação da altura, Dr. Nuno Crato e as escolas com contrato de associação, contrato esse que foi firmado, após um concurso público e que por ser plurianual, estará em vigor até ao ano lectivo 2017-2018, sendo este uma violação grosseira dos compromissos e da palavra dada e que pôs em causa os contratos de associação. Segundo o levantamento feito pela Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, caso estas regras venham a ser aplicadas, 57% destas escolas irão encerrar, levando a que 4222 professores e pessoal não docente vão para o desemprego. Relativamente a Coimbra e estando sediados na cidade e seus arredores 9 escolas com contrato de associação, pergunta quem assume as centenas de professores e funcionários que irão para o desemprego?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 11:32 a 12:25 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Disse existir aqui um problema regimental uma vez que não pode fazer um comentário em relação à intervenção da deputada Cristina Agreira. Pediu à mesa que o faça, no concreto, isto é, saber se a deputada sabe porque é que as escolas fecham?

### **Intervenção do Presidente da freguesia de Torres do Mondego:** [\(áudio 12:35 a 17:00 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Solicitou o apoio da Câmara Municipal para encetar um processo de requalificação da Praia Fluvial de Palheiros do Zorro, dotando-a de uma ponte de cariz perene, remodelando a zona dos edifícios, proporcionando assim maior conforto aos cidadãos que a frequentam;
- Manifestou a sua solidariedade para com os trabalhadores da Santix, bem como por todos os trabalhadores que fiquem na situação de desempregados.

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS):** [\(áudio 17:21 a 21:45 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Saudação especial de solidariedade e de fraternidade para com os trabalhadores da Santix, o que a leva a partilhar um sentimento de orgulho e esperança;
- Disse que somos confortados diariamente com opiniões de que em Coimbra não se passa nada. Constatou que Coimbra perdeu ao longo dos anos várias delegações representativas de comunicação social, tendo esse facto também a ver, com a lógica do mercado e a política das empresas. A falta de protagonismo noticioso na nossa cidade a nível nacional e internacional, foi revertida nos últimos anos;
- Afirmou que o orgulho e esperança de Coimbra é, o Convento de S. Francisco, senão vejamos o impacto que teve o espectáculo de abertura em que o conto de Miguel Torga “Os Bichos” fez cumprir uma nobre e grandiosa etapa.

### **Intervenção do deputado municipal Cabral de Oliveira (CPC):** [\(áudio 22:05 a 27:45 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores da Santix;
- Informou que recentemente Coimbra rejubilou-se com a expansão das chamadas empresas gazela, mas questionou se é justificável e razoável o festejo uma vez que, Coimbra não consta do mapa que o Expresso divulgou sobre projectos empresariais, no âmbito do Programa Portugal 2020. Pediu ao Presidente e aos Deputados Municipais, que se informem sobre o real empenhamento das estruturas regionais e regionalizadas das entidades governamentais que respondem pelo desenvolvimento tecnológico e industrial do país, de modo a fazer incluir Coimbra, nos planos de localização das novas unidades e desta forma trazer alguns investimentos internacionais;
- Recomendou à Câmara Municipal a adopção de medidas de políticas liderantes no combate à reiterada perda de capacidade do tecido empresarial de Coimbra, no âmbito do Programa Portugal 2020, culpabilizando o Governo, a CCDRC, CIM a UC, os agentes do turismo a os empresários, pela falta de procura e de busca de soluções, para a fixação de novas indústrias, em Coimbra.

### **Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):** [\(áudio 28:08 a 33:19 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade para com os trabalhadores das Santix, a sua tristeza pelo corte das árvores em Bencanta e, o seu regozijo sobre as obras da Baixa de Santa Clara, nomeadamente o Portugal dos Pequenitos, o Convento de Santa Clara-a-Velha e o seu Centro



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Interpretativo, a remodelação da Avenida Dr. João das Regras, o Convento de S. Francisco, a Rotunda da Guarda Inglesa e a recuperação da passagem superior para os peões, em frente à Escola Silva Gaio, os arranjos e pintura da Ponte de Santa Clara;

- Informou que ainda há muito por fazer, como por exemplo, a requalificação da zona envolvente ao Estádio Universitário, bem como a construção da Ponte Pedonal, ligando assim as duas margens;
- Questionou a Câmara Municipal sobre o desassoreamento do rio Mondego, limpeza das margens e arranjos dos muros de suporte uma vez que, na Conferência de 22/03/2016 dada aos jornais, pelo Departamento de Engenharia Civil de FCTUC, o técnico da APA, colocou dúvidas relativamente a questões logísticas e de financiamento, sobre este tema.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 33:43 a 43:23 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Cumprimentou e saudou, em seu nome e do Partido Socialista, os trabalhadores da Santix, prestando a sua solidariedade e, fazendo dele as palavras dos deputados municipais que se lhe antecederam;
- Manifestou a sua admiração pela moção apresentada pela bancada do CDS, sobre a Defesa do trabalho efectuado pelo de Ensino Particular e Cooperativa;
- Informou que a Câmara Municipal aprovou o projecto da abertura da Via Central, aumentando a mobilidade no centro da cidade, inquinando também, a degradação urbana melhorando esta zona, classificada Património Mundial, parabenizando o Presidente da Câmara pelo facto do actual governo ter incluído no orçamento, a verba destinada a concretizar este projecto.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):** [\(áudio 43:38 a 54:09 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Manifestou a solidariedade total para com os trabalhadores das Santix e os trabalhadores do privado e em particular o cooperativo e questionou se a cidade que acolheu a Santix, conhecida não só nacionalmente, mas também internacionalmente, se se envolveu com os problemas desta empresa e mais não disse, por não ter elementos suficientes, para o fazer, afirmando que preferia que os trabalhadores da Santix tivessem tido a palavra;
- Questionou se os trabalhadores da Santix também compreendem a situação dos professores do ensino particular e cooperativo?
- Informou que o dado que o traz aqui, é a visão económica que também existe em Coimbra, porque o Partido Socialista adota a mesma política que existe no Governo.

### **Intervenção do Presidente U F de Souselas e Botão:** [\(áudio 54:46 a 58: 32 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Manifestou a sua solidariedade para com os trabalhadores da Santix;
- Mostrou preocupação com o futuro do Instituto Educativo de Souselas, subescrevendo o que disse a deputada do CPC;
- Citou que o problema reside na lei, que obriga todas as escolas do país, com contrato de associação, privadas e cooperativas, a receberem apenas os alunos da sua freguesia do 5º, 7º e 10º e quanto às consequências deste problema, 1/3 ou mais do pessoal, será despedido a curto prazo e o protesto das famílias surgirá por não terem liberdade de escolha. Terminou dizendo que Souselas não pode ficar sem este equipamento a funcionar em pleno;
- Terminou perguntando qual é o investidor que vêm investir neste país onde as leis estão sempre a ser alteradas?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 58:34 a 59:12 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Informou que não vai abrir um debate sobre um debate. Pediu que fosse respeitado o Regimento.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 59:31 a 59:54 minutos da 2ª gravação\)](#)

- Informou que sobre aquilo lhes foi imputado, normalmente o dever dos deputados é ir aos locais saber o que se passa, e foi o que a bancada da CDU fez e por isso, deve ser reconhecido e não criticado.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 00:05 a 05:43 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Pôs à votação a Moção apresentada pelo deputado municipal do CDS, Sampaio Nora, “Pela defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo” e posteriormente a proposta de moção sobre “A poluição em Alcarraques”;
- Questionou o Líder da bancada do Partido Socialista sobre um “documento” escrito à mão, entregue na mesa, por não entender a que se refere, por não ser claro nem objectivo, para que possa ser distribuída por todos os deputados municipais.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 05:45 a 07:55 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Esclareceu que esta proposta do Partido Socialista se refere a uma proposta de deputação da Assembleia Municipal de Coimbra, para análise pelo Governo e pelo Ministério da problemática decorrente da aprovação do Programa do Governo, sobre “Escola Pública e Privada”.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 07:56 a 08:50 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Após discussão entre partes, informou que então se deverá fazer um acrescento na moção do CDS e o Partido Socialista pode votar uma parte e não votar outra, considerando que isto poderá ser uma alternativa à moção do CDS, podendo ser complementar.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 09:06 a 09:20 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que o Partido Socialista tem a noção dos considerandos da moção pelo facto de entender não haver aqui, nenhum ataque de morte à escola privada. Se forem retirados os considerandos, o Partido Socialista, não vai votar.

### **Intervenção do deputado municipal Sampaio e Nora (CDS):** [\(áudio 09:38 a 10:40 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Esclareceu que anexou à sua proposta de moção, a proposta do Partido Socialista, apresentada pelo deputado Ferreira da Silva, que se refere aos 3 pontos da sua moção, onde propõe à Assembleia Municipal que delibere sobre os mesmos. Leu os 3 pontos e informou que a proposta se mantém, mas se o problema passar por retirar esses pontos, fá-lo-á.

### **Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC):** [\(áudio 10:49 a 12:28 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Sugeriu que esta moção que vai ser votada pudesse, por um momento curto, ser sujeita a uma declaração de posição prévia e não apenas uma declaração de voto dos diferentes grupos políticos;
- Disse quais as razões que levaram o CpC a votarem contra;
- Disse ainda que, a constituição declara a liberdade de escolha de escola e, quem escolhe o privado, paga para isso.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 12:40 a 14:44 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Concluiu que há vontade de três grupos políticos de acrescentarem a tudo aquilo que já foi dito, mais qualquer coisa, que ainda não foi dito, para clarificarem a sua posição sobre o ensino público e o ensino privado. Assim, cada Grupo Político explicitar-se-á e, os esclarecimentos dados pelo Dr. Sampaio Nora, que é um ponto fulcral e que a Assembleia Municipal vai votar, sem considerandos e não fazem parte da proposta. A essas conclusões, podem ser acrescentadas mais uma, que é, “... *que se institua um mecanismo de diálogo junto do poder central, para clarificar estas questões...*” conforme disse o deputado Ferreira da Silva e, a moção, ficaria com quatro pontos e cada uma votará conforme quiser;
- Informou ser esta a sua sugestão que deixa à consideração de todos os deputados municipais.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):** [\(áudio 15:04 a 16:46 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Interpelou a Mesa e informou que existe um novo Regimento que estabelece que no “Período de Antes da Ordem do Dia”, todos os vários agrupamentos políticos devem apresentar com o prazo devidos, o conjunto de moções, de recomendações, para serem discutidos. Obviamente que cada grupo usou do tempo de que dispõe, para os temas que entendem e com a prioridade que entende;
- Sugeriu que se deveria passar às votações das moções que foram apresentadas em tempo próprio e que foram distribuídas, em tempo próprio.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 16:52 a 18:00 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Achou que não é tonto procurar resolver o problema das pessoas, é aquilo que o Partido Socialista quer fazer. Assim sendo, da moção apresentada pelo CDS, devem ser apenas votados os três pontos desta, mais o quarto, apresentado pelo Partido Socialista e não o texto que a antecede.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 18:11 a 20:16 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Informou que tudo está claro e, uma vez que há entendimento, entre pelo menos 2 bancadas, propôs que se passe á votação da Moção do CDS, incluindo o quarto ponto, apresentado pelo Partido Socialista, como um acrescento e não, como uma proposta.
- Assim sendo, há quatro conclusões, a esta Moção, que serão votadas por partes e cada um votará conforme entender.

#### **Ponto 1**

*“Que, em nome da estabilidade previsibilidade e confiança do Estado, seja respeitado o concursopublico realizado no ano de 2015, dando condições para que as escolas funcionem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso”.*

#### **Deliberação nº 8/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta do CDS, datada de 28 de Abril de 2016, deliberou *por maioria* com 16 votos a favor, 13 votos contra e 19 abstenções, aprovar o Ponto 1 da Moção *“Pela defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo”.*

***Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.***

#### **Ponto 2**

*“Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa de todas as escolas nesta situação”.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Deliberação nº 9/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta do CDS, datada de 28 de Abril de 2016, deliberou *por maioria* com 23 votos a favor, 11 votos contra e 8 abstenções aprovar o *Ponto 2* da Moção “*Pela defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo*”.

***Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.***

#### ***Ponto 3***

*“Que seja dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República”.*

### **Deliberação nº 10/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta do CDS, datada de 28 de Abril de 2016, deliberou *por maioria* com 28 votos a favor, 3 votos contra e 9 abstenções aprovar o *Ponto 3* da Moção “*Pela defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo*”.

***Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.***

#### ***Ponto 4***

*“O Partido Socialista atento à conflitualidade decorrente entre a adopção dos alunos pela Escola Pública ou Privada e as obrigações, neste contexto, assumidos pelo Governo, propõe a constituição de uma Deputação da Assembleia Municipal para análise da problemática decorrente da aprovação do Programa do Governo”.*

### **Deliberação nº 11/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta do PS, datada de 29 de Abril de 2016, deliberou *por maioria* com 16 votos a favor, 27 votos contra e 2 abstenções *rejeitar* o *Ponto 4* da Moção “*Pela defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo*”.

***Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.***

**Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 27:48 a 28:12 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Declarou que o Partido Socialista se absteve, nos Pontos 1, 2 e 3, por estes não constituírem propostas de trabalho dirigíveis à resolução do problema e votou favoravelmente, o Ponto 4, por que ser o único que constitui uma proposta de trabalho, para a solução dos problemas em causa.

**Declaração de voto do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC):** [\(áudio 28:20 a 28:27 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Votou contra o Ponto 4 da proposta porque simplesmente entendeu que era ininteligível.

**Declaração de voto do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 28:32 a 30:57 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que a bancada da CDU votou contra, todos os pontos, por achar que se recusassem, o primeiro e o segundo ponto, seria estranho dar conhecimento disto aos vários Grupos Parlamentares e ao Senhor Presidente da República;
- Informou que estamos num país que tem uma Ordem Constitucional que não põe em causa a criação das instituições de ensino que entendam surgir. O que está em causa é o preceito constitucional que manda, que o ensino público seja um ensino estruturante da sociedade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

portuguesa. No caso de Coimbra, está em causa a existência de colégios privados, em vizinhança com escolas públicas que têm capacidade instalada para receber alunos;

- O que está em causa é, o interesse nacional, por isso o voto contra o prejuízo desse interesse nacional.

### **Declaração de voto do deputado municipal José Reis (CpC):** [\(áudio 31:10 a 37:32 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Manifestou o desagrado e lamentou o modo como foi organizada esta votação porque, não faz sentido, votar-se só a parte final do texto, porque essa parte final, é a conclusão de um conjunto de ideias que são legítimas, mas que merecem um profundo voto contra que merecia todo ele;
- Lamentou a posição tomada pela bancada do Partido Socialista, não só pela falta de qualidade, não só pelo caos que causou, mas pela profunda falta de coerência;
- Apelou em primeiro lugar, à liberdade de escolha individual e, em segundo lugar, a obrigação constitucional pública com a escola pública, afirmando, que é isto que leva o CpC, a ser contra;
- Contratos de associação – existem para suprir debilidades e insuficiências da República, portanto, quem os quer defender e se quiser ter legitimidade, que o faça nesta base;
- Quanto a Coimbra questionou, que é uma cidade com insuficiência da rede pública? Não! Coimbra é um mau exemplo da promiscuidade política que levou à criação de colégios. Coimbra é um mau exemplo de contratos de associação;
- Afirmou que foram estas razões que os levou, a votarem contra e, dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal, informando-o que aquilo que acabou de dizer, deve ser entendido como um contributo positivo e não, como uma forma de desmerecimento da sua condução desta Assembleia Municipal.

### **Declaração de voto do Presidente U F de S. Martinho do Bispo e Ribeiro de Frades:** [\(áudio 38:126 a 40:09 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que tem na sua freguesia o Colégio de S. Martinho localizado no lugar de Fala, que há 17 anos desenvolve o seu ensino, com contrato de Associação, tendo sido surpreendido em 2015, com um procedimento concursal por um horizonte de três anos. Das 7 turmas postas a concurso, inexplicavelmente, o Colégio de S. Martinho só contemplado com 3, sendo 4 turmas oferecidas à Bissaia Barreto que não tinha contrato de associação;
- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia dizendo que é muito bom quando se sabe o teor da moção, mas perguntou à deputada Cristina Agreira porque se esqueceu de dizer, quais foram as causas que levaram o Colégio de S. Pedro a fechar as portas, em 2015.

### **Declaração de voto do Presidente da freguesia de Brasfemes:** [\(áudio 40:49 a 43:33 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Subscreveu em parte, aquilo que o deputado Jorge Veloso disse e lamentou o comportamento das várias bancadas na discussão deste assunto tão sério;
- Em relação à sua tomada de posição informou que, não se pode desassociar aquilo que é hoje a diferença de viabilidades de ofertas públicas nos vários locais, nomeadamente, entre a cidade e Brasfemes, não podendo por isso, estar a discutir isto, sem perceber o custo de cada aluno na escola pública e, o custo de cada aluno nas escolas privadas, porque também se põe aqui os problemas dos transportes.

### **Declaração de voto do deputado municipal António Sequeira (PS):** [\(áudio 43:45 a 45:10 minutos – 3ª gravação\)](#)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que se encontra um pouco baralhado porque entende, que a moção apresentada, deveria ter sido discutida, num todo, e não em parte;
- Acredita na escola pública e é por essa razão, que votou da forma que votou.

### **Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):** [\(áudio 45:31 a 48:33 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Congratulou-se pelo facto desta Assembleia Municipal ter aprovado esta moção, o que foi uma boa vitória democrática legítima que defende os bons princípios;
- Afirmou não entender o porquê do problema, uma vez que havia um concurso pública feito em 2015, uma expectativa criada que envolvia comunidades educativas inteiras, pais educando e professores. O concurso era para três anos;
- Disse que desse ponto de vista, não vê aqui nenhuma questão que não seja aquela que aqui foi levantada. Só por um motivo ideológico, se faz reverter, um concurso firma há um ano, com o Estado, legitimamente com o Ministério da Educação que dá um horizonte às escolas, aos pais e aos alunos, para se organizarem nos próximos três anos lectivos. Disse que desfraldar tudo isso e sem haver audiência de interessados, por motivos de imperiosa urgência, é um ataque ao ensino particular e cooperativo;
- Elogiou mais uma vez a tomada de posição do Presidente da Assembleia, porque a Assembleia Municipal de Coimbra, votou “NÃO” e sugeriu que esta moção deve ser enviada aos diversos Grupos Parlamentares, dizendo o “NÃO”, e ainda que vá sublinhada com a seguinte frase “ *o trabalho desenvolvido por estas escolas é de grande qualidade*”.

### **Declaração de voto do deputado municipal Sampaio Nora (CDS):** [\(áudio 48:45 a 51:04 minutos – 3ª gravação\)](#)

- O CDS congratula-se duplamente, com resultado desta votação. Primeiro porque foi o autor da proposta que acabou por vencer e, em segundo lugar porque provocou um debate que parece importante que seja considerado;
- Informou que a proposta de moção visava essencialmente o seguinte: Os colégios, as associações de ensino particular cooperativo, não são entidades doentes, mais, são entidades, que prestam um serviço público de ensino, segundo as regras estabelecidas pelo Ministério da Educação e que o Ministério da Educação fiscaliza, contratualiza e neste caso, estamos perante uma situação de verdadeiro desrespeito, pelo estado de direito, por um lado e por outro, de desrespeito pelos compromissos assumidos pelo próprio Estado;
- Congratulou-se mais uma vez, por esta Assembleia Municipal ter assumido a defesa da qualidade do ensino em Portugal.

### **Declaração de voto do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):** [\(áudio 51:43 a 53:02 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que lhe pareceu, tudo menos claro, sobre aquilo foi dito “*como aprovado*”, dado que a votação foi tão confusa e a forma de esclarecimento e discussão, foi tão baralhante, que tem muitas dúvidas;
- Reconheceu e compreendeu que haja visões diferentes sobre o problema, mas essas visões foram tão baralhadas, que a dada altura, ficou na dúvida do é que se estava a votar e foi por isso, que a CDU, votou sistematicamente contra

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 53:08 a 57:11 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Pôs à votação a Moção apresentada pelo deputado municipal da CDU, Paulo Coelho, sobre a “*Poluição em Alcarraques*”, bem como um acrescento denominado, Ponto 2, à Moção que leu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

e sugeriu que ambos os documentos tivessem uma votação única, uma vez que a votação se refere, à parte declarativa.

### **MOÇÃO SOBRE POLUIÇÃO EM ALCARRAQUES**

*No passado dia 11 de abril uma delegação do PEV e o vereador da CDU deslocaram-se a Alcarraques na união de freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela para reunir com moradores que se queixam há vários anos da poluição atmosférica, das águas, dos solos e também sonora provocada por uma fábrica de secagem de bagaços de azeitona e extração de óleos, localizada nesta povoação.*

*Segundo a população, esta unidade industrial labora em Alcarraques desde os anos 60 do século passado, funcionando durante anos de forma sazonal. Contudo, o aumento da produção de azeite, o encerramento de outras fábricas do sector e a respetiva ampliação desta unidade, trouxe um acréscimo de produção, resultando também no conseqüente aumento de poluição, nomeadamente odores insuportáveis a baganha. Este ano, os cheiros são de tal forma intensos, que em dias nublados e de chuva estes odores são sentidos a vários quilómetros como é o caso do centro da nossa cidade.*

*Os moradores consideram que os maus cheiros se intensificaram em resultado da falta de confinção e armazenagem do bagaço em lugar protegido de ventos e intempéries, acabando a matéria-prima por apodrecer reforçando os maus cheiros que criam enormes constrangimentos na realização de certas tarefas diárias, como por exemplo ao abrir as janelas das habitações ou ao estender a roupa, pois fica com o cheiro da baganha.*

*A população queixa-se também da constante disseminação de partículas, de cor escura, que são libertadas das chaminés da fábrica, sobretudo durante a noite acumulando-se nos telhados, veículos, roupa estendida, varandas, hortas, pátios e quintais, entre outros. Os próprios moradores têm imagens fotográficas onde está registada a acumulação destas partículas nas suas habitações.*

*A população está também preocupada com as substâncias que são expelidas pela chaminé, por vezes de cor escura, pois não há informação que este fumo seja ou não nocivo para a saúde. Moradores presentes na reunião com doenças respiratórias transmitiram que o ar que se respira na povoação está impregnado de substâncias gordurosas e com partículas em suspensão, agravando o seu problema crónico de saúde. Na povoação existe também quem refira que os efluentes gasosos por vezes provocam irritações nos olhos.*

*Ao nível da poluição sonora, a população de Alcarraques referiu que da laboração, 24 sobre 24 horas, resultam vibrações e ruídos significativos que afetam a qualidade de vida dos moradores, sentidos sobretudo no período de descanso, i.e., durante a noite e ao fim de semana.*

*Outra preocupação da população de Alcarraques está relacionada com a contaminação das linhas de água e águas subterrâneas devido à escorrência de líquidos, sobretudo em dias de precipitação pois uma parte do bagaço não se encontra protegido da chuva. Aquando da nossa visita, foi possível observar a escorrência de águas escuras e oleosas, provenientes do recinto da fábrica para as valetas da principal estrada da povoação.*

*As queixas dos moradores não são recentes. Ao longo dos anos têm sido apresentadas inúmeras exposições dos incómodos provocados por esta unidade industrial. Em 2012, a população subscreveu um abaixo-assinado reclamando medidas protetoras do ambiente e de saúde pública, tendo o PEV questionado o Ministério da Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Território com a pergunta n.º 2740/XII/1ª de 19 de abril, sobre a poluição provocada por esta unidade industrial de óleos de bagaço de azeitona.*

*Na resposta, o Ministério referiu que fábrica está licenciada pela Direção Regional de Economia do Centro (DREC) e que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em articulação com a DREC, tem acompanhado a situação e que a empresa procedeu à conclusão do confinamento da zona de armazenagem dos bagaços de azeitona, bem como à alteração das condições de drenagem e encaminhamento das águas pluviais, de forma a evitar o contacto com a matéria-prima e a consequente escorrência para o solo.*

*Contudo, conforme o PEV confirmou no local, no passado dia 11 de abril, parte do bagaço de azeitona encontra-se desprotegido das águas pluviais estando a escorrer águas escuras e oleosas provenientes da fábrica para as valetas da via pública.*

*Embora as unidades fabris sejam extremamente importantes para as economias locais, estas têm de implementar tecnologias e tomar medidas minimizadoras dos seus impactos, de forma a laborar em condições em que todos beneficiem, sem comprometer o ambiente e a qualidade de vida da população.*

*Pelo atrás exposto, o Grupo da Coligação Democrática Unitária apresenta a seguinte moção:*

- 1. Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal delibera recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que interceda junto das entidades competentes, nomeadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Direção Regional de Economia do Centro e a Direção Regional de Agricultura do Centro, para que sejam implementadas medidas minimizadoras para que os impactos negativos ao nível do ar, da água, dos solos e ruído sejam consideravelmente reduzidos de forma a não prejudicar a qualidade de vida dos moradores de Alcarraques e populações vizinhas.*
- 2. Que esta questão seja acompanhada pela Comissão de Protecção, Ambiente e Ordenamento do Território, bem como pela Junta de Freguesia.*

### **Deliberação n.º 12/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da CDU, datada de 29 de Abril de 2016, deliberou *por maioria*, com 29 votos a favor e 10 abstenções *aprovar* a Moção sobre “Poluição em Alcarraques”.

***Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.***

**Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):** [\(áudio 58:05 a 59:59 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que se abstiveram por considerar que a Moção, no seu preâmbulo, não estar devidamente redigida, e sugeriu que este preâmbulo não fosse na deliberação;
- Disse ainda não existir nenhum abaixo-assinado dos moradores.

**Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 00:27 a 00:59 minutos – 4ª gravação\)](#)

- O Partido Socialista votou a favor pelo facto de esta proposta ser uma proposta de trabalho inteligível e recomenda à Câmara Municipal que interceda junto, para uma solução do problema.

**Declaração de voto do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):** [\(áudio 01:15 a 02:14 minutos – 4ª gravação\)](#)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Diálogo imperceptível. O deputado municipal falou fora do microfone.

### III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1. Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 03:38 a 25:05 minutos – 4ª gravação\)](#)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Cumprimentou as pessoas que assistem à reunião e que trabalham na Santix, informando-os que para o problema que existe na fábrica, não vislumbra nenhuma solução, uma vez que está fora do âmbito de intervenção municipal ou governativa. Reafirmou que não tem solução, mas que está atento ao problema;
- Lembrou a celebração digna do 25 de Abril em Coimbra, em parceria com os dois Órgãos do Município, Câmara e Assembleia Municipal, bem como a colaboração notável e qualificável da Orquestra Filarmónica de Taveiro e do Conservatório de Musica de Coimbra;
- Informou que abriu para o serviço público, o Convento de S. Francisco e lembrou que a sua inauguração, será feita oportunamente e que aquele equipamento custou, desde 1985, 42.800 milhões euros e, tem já uma participação de Fundos Comunitários de cerca de 16 milhões de euros;
- Quanto à questão educativa, informou que decorre a discussão final dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e da aplicação no terreno dos Fundos Comunitários, estabelecidos pela parceria Portugal 2020 e, lamentavelmente nem as iniciativas da nossa universidade, nem as iniciativas de qualidade das escolas superiores politécnicas, nem as iniciativas, para qualificar as infraestruturas educativas do nosso concelho, foram aceites para financiar, através dos Fundos Comunitários, mas mesmo assim, mantêm os investimentos em curso;
- Lembrou a partilha com a Assembleia Municipal, aliás resolução adoptada recentemente por esta, da criação de um grupo de trabalho para acompanhamento da discussão pública do Regulamento Municipal de Urbanizações e Edificações. Informou que é um documento técnico, mas também político e registou com apreço, a disponibilidade de todos aqueles que vão integrar o grupo de trabalho;
- Informou que, quanto à nomenclatura da toponímia da Relvinha, a Câmara Municipal não pode atribuir nomes de toponímia a espaços privados ou a ruas que não existem e deu como exemplos alguns nomes de pessoas ilustres desta cidade, já falecidas e às quais ainda não foram atribuídas ruas, porque não é honroso, atribuir nomes a ruas que não estão feitas;
- Informou que, quem chega ao Bota-Abaixo, depara-se com uma cratera, que não foi feita por esta Câmara e que ofende a cidade e que demonstra a incúria da Metro Mondego e de todos os seus responsáveis, de todos os que ganharam dinheiro e estudaram, mas que não fizeram e, o mais que fizeram foi, um crime ambiental e urbanístico. Foi demolido sem construir! E hoje, a degradação agrava-se mais, porque para além da degradação física, há a degradação humana. A cidade não tem espaços vazios. Assumiu empreender a construção da Via Central;
- Dirigiu a palavra ao deputado municipal José Reis, dizendo-lhe que não lhe arroga o direito de dizer que “*somos uns fracos*”. Perguntou-lhe com que legitimidade, com que conhecimento,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

com que sabedoria, faz uma afirmação destas? Isso é, “*soberba intelectual*”! Perguntou-lhe se se recorda quem escreveu, aquando da avaliação sobre o Metro Mondego, quando estava a ser estruturada a fase final do QREN, que a Metro Mondego era um projecto de tal modo importante que estava para além do valor do Programa Operacional Regional do Centro. É um estudo pago! Informou ainda que Câmara Municipal aprovou o protocolo com o Metro Mondego, o que implica as complicações de impacto ambiental e as obrigações a ela inerentes, mas a Via Central vai ser feita;

- Pediu ao Presidente da Assembleia Municipal desculpa pela sua intervenção ser longa e pouco amável.

### **Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC):** [\(áudio 25:50 a 32.41 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Respondeu à interpelação do Presidente da Câmara, sobre a sua intervenção, assinalando com gosto a veemência porque, é de veemência e de contraposição política, com que se fala nesta Assembleia Municipal;
- Disse que é essa veemência que é bem-vinda e é essa que usa, que permite a democracia, que permite debater propostas e que permite que os poderes se reforcem, através do contributo e da contraposição dos que não fazendo parte dele, para ele contribuem e lembrou, que a sua interpelação está escrita, tal qual a disse e, que a sua educação e o seu sentido de estar nesta Assembleia, jamais o levaria a dirigir-se a alguém, em termos pessoais, de modo que não fosse pessoalmente digno, por isso, jamais faria uma intervenção, como a que o Senhor Presidente da Câmara fez, dirigida à sua pessoa. Esclareceu que a sua intervenção, não foi dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, porque o que disse foi relativamente à fraqueza do poder político em Coimbra, à escassa capacidade de estratégia da Câmara que a governa, é da ausência dessa estratégia e das deliberações erradas, como por exemplo, a deliberação sobre a Via Central, que levará esta bancada, a estas e outras intervenções.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):** [\(áudio 33:32 a 38.43 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Agradeceu ao Presidente da Câmara pela informação que disponibilizou à Assembleia Municipal, porque são uma obrigação de fiscalização desta e, congratulou o Presidente, o Executivo, a colaboração dos vereadores com pelouro e, sem pelouro, que têm trabalhado na Câmara de Coimbra, nas diversas funções, com sucessos;
- Questionou o Presidente da Câmara sobre o Fundo Nacional Reabilitação do Edificado, importantíssimo para uma cidade Património da Humanidade e, olhando para as cidades portuguesas com a reabilitação já feita, em cidades património, o acesso ao Fundo é fundamental, mas pergunta qual é o plano, qual é a estratégia para a reabilitação urbana de Coimbra, o que é significa do ponto de vista prático nos próximos 5 anos que investimentos, quais são as zonas, com que parecer técnico, com que densidade? Afirmou que aqui, também estão de acordo com aquilo que disse o Deputado José Reis;
- Perguntou ao Presidente da Câmara e, numa atitude de fiscalização construtiva o que pensa fazer sobre o Fundo Nacional Reabilitação do Edificado, para Coimbra?
- Em relação às cheias disse, que a Câmara, não tomou a mesma posição que está a tomar agora em relação à Santix e gostaria de ter uma resposta, mais concreta;
- Por último disse que nos documentos distribuídos, não há matéria económica, quanto à criação de emprego e à aposta nos polos tecnológicos, nos polos de criação de empresas, no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

investimento directo estrangeiro e termina, apelando ao Presidente da Câmara que dê um esclarecimento sobre estas três questões.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 39:36 a 41:24 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que tem receio que o arrastamento das intervenções que têm sido proferidas, despropositadamente e fora do “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, tenham como finalidade e alcance, evitar a votação dos documentos de governação.

### **Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC):** [\(áudio 41:41 a 44:36 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Afirmou que preza o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra porque este, preza a história e por isso fez uma vénia e uma citação ao seu discurso, aquando das Comemorações do 25 de Abril, em relação às grandes obras que a cidade carece, ao Metro Mondego, às Grandes Opções, mas estas coisas, podem resultar bem ou mal, estas coisas, não valem por si só. Lembrou que gostaria que estas coisas, feitas em Coimbra, fossem bem-feitas, porque existe um Plano, feito por uma autoridade europeia, que prevê num só gesto, todas estas coisas e, o Senhor Presidente da Câmara, não quer saber dele para nada;
- Terminou dizendo que, quem não quer que se faça aquilo que o Senhor Presidente quer fazer, a reabilitação da Baixa, têm um nome, chama-se “*populismo*”.

### **Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):** [\(áudio 44:46 a 44:55 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Lembrou que o Senhor Presidente da Câmara, não respondeu às questões levantadas sobre o abate das árvores.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:** [\(áudio 45:12 a 57:39 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Agradeceu e respondeu ao deputado Nuno Freitas quanto às questões postas sobre o Fundo Nacional Reabilitação do Edificado, informando-o que está a ser criado, somos pioneiros, a estratégia está definida em Coimbra, há vários anos, está no Plano Director, está no Plano Estratégico, está nos programas políticos, portanto, a estratégia está em curso, a estratégia é, fazer;
- Quanto ao Mondego e às cheias informou, que está feito e aprovado o relatório e foi candidatado ao Fundo de Emergência Municipal. Está em análise sobre a parte pública, e para além disso, há uma outra medida que foi desencadeada pelo Ministério da Agricultura, que criou um endereço electrónico onde pessoas particulares carregaram as avaliações dos seus danos que estão a ser avaliados;
- Lembrou que Coimbra é a cidade anfitriã, pioneira da incubadora das melhores do mundo que é o Instituto Pedro Nunes;
- Quanto às cheias e o desassoreamento do Mondego, informou que está na parte final, o processo, com negociações conclusivas, para ser feito o desassoreamento do Mondego. Os projectos com impacto ambiental estão validados, mas neste momento, não é sensato desassorear o rio porque, segundo os estudos do ITCONS, os muros dos leitos periféricos, em especial do lado direito, porque, ao desassorear-se o Rio Mondego, sem se intervir nos muros estes vão “estoirar”;
- Lembrou que está a ser feita uma intervenção na Ponte de Santa Clara, sendo que uma parte é de estética e outra de acordo com a Câmara Municipal e as Infraestruturas de Portugal para detectar e deixar monitorizada qualquer alteração de comportamento da Ponte da Santa Clara;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Afirmou que, em relação à toponímia, não é defensor do nome “*Via dos Duques*” de Aveiro-Viseu, que é continuação da A3 até Viseu, não lhe parecendo que se deva atravessar com base num estudo de uma mera apresentação de um power point. Feito debaixo de uma ponte. Em relação da “*desgraça*” da “*asa delta*” que está feita em Ceira, afirmou que não meteu “*prego nem estopa*” tendo alertado, na altura, para o embuste que ali estava;
  - Terminou lembrando que a grave demolição para a Via Central e tendo com ele o projecto aprovado, baseou-se na intervenção do Arquitecto Bandeirinha, para informar que, ou o projecto que a Câmara conhece para o Metro Mondego, não é o que o Arquitecto Bandeirinha conhece e, está disponível para confrontar projectos e este está aprovado. Portanto, a Câmara Municipal de Coimbra, tem e é detentora, expropriou prédios e edifícios para construir a Via Central e, essas expropriações têm direitos reais, portanto, a gestão do dossier, tem regras e pro parte da Câmara Municipal não nos estamos a exceder por isso não podemos tolerar que continue está desgraça que está ferida e muito grave na nossa cidade.
2. **Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2015**, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;
- d) **Relatório de Gestão e Documentos**
  - e) **Aplicação de resultados**
  - f) **Inventário/Património Imóvel Municipal 2015;**

**Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC):** [\(áudio 58:32 minutos – 4ª gravação a 05:34 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Criticou o “*marasmo*” que se instalou na Câmara Municipal de Coimbra que mais uma vez é evidenciado no Relatório de Gestão e Contas de 2016, descrevendo a inércia do Partido Socialista nas várias áreas da sua competência;
- Terminou, solicitando ao Executivo esclarecimentos sobre algumas das rúbricas do Relatório de Gestão, mais especificamente sobre a área patrimonial.

**Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 06:07 a 12:29 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que a CDU vai votar contra porque se desmarcam com clareza desta forma de gestão autárquica que, ainda que bem-intencionada, está limitada por opções politicamente egocêntricas, que contrariam o alargamento da participação dos autarcas e a auscultação de interessados, construindo cenários teóricos de que depois não sabem escapar, já que não conhecendo os problemas, se tornam incapazes de para eles encontrar soluções.

**Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC):** [\(áudio 12:41 a 13:52 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse não compreender porque é que o Presidente da Assembleia Municipal introduziu, agora, à margem do Regimento, esta limitação de tempo;
- Informou que a CpC vai votar contra porque esta apresentação de contas tem duas características, a primeira, é que nos mostra uma coisa que esta Assembleia já devia saber há muito, é que o orçamento que aqui aprovamos, antes do início do ano, fruto das várias rectificações de que é alvo, acaba por não ter nada a ver na sua execução, com aquele que aqui aprovámos inicialmente e, considera isso intolerável, a outra característica, sintética é que fica demonstrado os baixos níveis de execução incompatíveis com uma prática orçamental que mereça ser elogiada.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas:** [\(áudio 14:09 a 16:24 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Lamentou não ser economista para poder perceber no documento as dotações e entender a rubrica 01 – vencimentos dos vereadores e os presidentes de junta. Perguntou como exemplo, quanto é que ganha o Senhor Clemente? Informou que ontem, o Partido Socialista interpretou que eu não tinha direito a despesas de representação. Depois de muito ler e ver chegou à conclusão que não tem direito a nada.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 16:55 a 22:54 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que o Partido Socialista se congratula e vai votar a favor o Relatório de Gestão e Contas, bem como a aplicação de resultados e o Inventário/Património Imóvel Municipal de 2015, pela sua transparência das contas, comparativamente com o mandato anterior, lembrando, por exemplo as contas trazidas a esta Assembleia Municipal, relativas ao exercício de 2010 que não vieram acompanhadas da certificação, nem do parecer do ROC.

### **Intervenção do deputado municipal Dino Alves (CPC):** [\(áudio 23:22 a 28:54 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal o facto de ter agendado esta Assembleia para uma 6ª feira permitindo-lhe assim, conciliar a sua agenda, de quem, por falta de oportunidade ou capacidade para encontrar emprego em Coimbra, passa a semana noutras paragens do país ou da Europa;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal dizendo que regressa hoje a esta casa para ouvir prestar contas, com um misto de tristeza e ironia. Informou que, quando se dedicou à análise dos documentos que lhes foram enviados, em especial nas áreas de emprego e juventude, confessou que esperava um trabalho mais complexo e desafiante. Em ambas as áreas, a simplicidade e a clareza da execução orçamental, não lhe tomou mais que alguns minutos porque das diversas medidas previstas no orçamento de 2015, foram muito poucas as que representam alguma despesa para o erário público, o que resulta de uma notável avaliação das necessidades e prioridades por parte da governação desta Câmara Municipal; É fácil para qualquer jovem viver em Coimbra porque a oferta, chega e sobra para todos;
- Lembrou que nos documentos que lhes foram distribuídos, nas rubricas destinadas ao emprego e à juventude, foram cabimentados “zero euros”, e assim propõe à Câmara Municipal que em 2017 se cabimentem pelo menos 10 euros;
- Afirmou que, face à dinâmica de Coimbra tem revelado nos últimos meses de mandato, o papel da oposição tornou-se especialmente difícil porque neste orçamento de “zeros” é difícil encontrar algo de fiscalizar, terminou com um voto de gratidão e um voto de enorme esperança em Coimbra que julga ser partilhado por todos os da sua geração.

### **Intervenção do Presidente da Câmara:** [\(áudio 29:31 a 37:38 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que neste acto tão relevante e importante da prestação de contas da Câmara Municipal, não podia deixar de intervir perante a Assembleia Municipal, para elucidar alguns aspectos e eventualmente interpretações erróneas;
- No excel das contas públicas existe um conjunto de formulários que são imperativos, incluindo a Declaração de Responsabilidade, foi assinada por todos por determinação do Tribunal de Contas, publicado em Diário da República no passado dia 25 de Novembro de 2015 que determina que todos os responsáveis de governação assinem uma declaração de responsabilidade que vai muito para além daquilo é o estatuto dos cargos políticos. Esclareceu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que a forma como é apresentado o excel também não é a melhor, mas justifica que é assim que é feita em parceria directa com a Universidade;

- Quanto aos vencimentos, as obrigações e os deveres dos colaboradores de apoio à presidência esclareceu que são aqueles que são estabelecidos por lei. Informou que dadas as restrições impostas pela lei, não é possível recrutar mais trabalhadores. Elogiou os trabalhadores municipais da Câmara Municipal pelo empenhamento, esforço, colaboração e solidariedade. A Câmara Municipal, apesar de todos os contratamentos manteve as 35 horas;
- Terminou afirmando que, em todos os ajustes directos, concurso público nacional ou internacional, é igualmente legítimo, afirmando que em todas as contratações que assinou, decorrem do Código de Contratação Pública.

### **Deliberação nº13/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 21 de Abril de 2015, deliberou, *por maioria*, aprovar com 23 votos a favor, 3 votos contra e 20 abstenções a *Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2015*, bem como:

- a) **Relatório de Gestão e Documentos**
- b) **Aplicação de resultados**
- c) **Inventário/Património Imóvel Municipal 2015**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 3. 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº7/2016)** aprovação nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

**Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas:** [\(áudio 38:58 a 41:09 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Solicitou à Câmara Municipal lhe seja atribuída um apoio, uma verba dos SMTUC, porque é a única junta que tem um autocarro;
- Informou que os documentos lhe foram distribuídos, não contém as contas dos SMTUC.

### **Deliberação nº14/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 21 de Abril de 2015, deliberou, *por maioria*, aprovar com 28 votos a favor, 3 votos contra e 18 abstenções a *1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 7/2016)*.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 4. Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2015**, aprovação nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

**Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC):** [\(áudio 42:17 a 43:58 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que os deputados do CpC vai votar contra porque neste relatório que é apresentado houve diminuição de trabalhadores, houve aumento de abstencionismos, revela uma ausência de política pessoal adequada, há diminuição de linhas na rede, redução de paragens cobertas e de paragens descobertas. O número de passageiros teve uma diminuição reduzida, mas houve redução e era exigível que aumentasse;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Por tudo isto, lembrou que é necessário estratégia para a mobilidade em Coimbra repensar estudos, inquéritos à rede e à mobilidade.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 44:13 a 46:10 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que a bancada da CDU vai votar a favor o Relatório de Gestão dos SMTUC porque valorizam a tendência da perda de utentes, o aumento de passes escolares e sociais, o aumento de investimento, não podendo deixar de assinalar alguns condicionamentos, nomeadamente, degradação da frota, o desacuado quadro dos recursos humanos, o cancelamento diário de carreiras por avarias, a falta de motorista de autocarros, problemas de bilhética, placares electrónicos, software das máquinas de validação, a insuficiência prestação de serviço a pessoas com problemas de mobilidade reduzia, a escassez de transportes, em algumas áreas do Município;
- Terminou apelando à união dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC):** [\(áudio 46:15 a 46:28 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que gostaria de votar em consciência neste ponto, mas os documentos lhe chegaram às mãos não contêm as contas dos SMTUC.

### **Deliberação nº15/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 21 de Abril de 2015, deliberou, *por maioria*, aprovar com 28 votos a favor, 3 votos contra e 5 abstenções o *Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2015*.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 5. 1ª Revisão ao Orçamento dos SMTUC de 2016**, aprovação nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

### **Deliberação nº16/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 21 de Abril de 2015, deliberou, *por maioria*, aprovar com 28 votos a favor, 3 votos contra e 5 abstenções a *1ª Revisão ao Orçamento dos SMTUC de 2016*.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 6. Aditamento ao Protocolo de delegação de competências municipais 2013 – Obras, União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela.**

### **Deliberação nº 17/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 21 de Abril de 2015, deliberou, *por maioria*, aprovar com 42 votos a favor e 4 abstenções o *Aditamento ao Protocolo de delegação de competências municipais 2013 – Obras, União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela*.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):** [\(áudio 48:08 a 49:09 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Congratulou-se pela normalidade da relação entre a Câmara e a União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela, na regularização dos protocolos relativos ao pagamento parcial no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

final de 2015 e, apresentar o remanescente, que agora acaba de ser votada, fazendo votos para que esta normalidade seja extensiva a outras juntas freguesia.

- 7. Projecto do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações de Coimbra** – Comissão Coordenadora do processo de Discussão Pública pela Assembleia Municipal (artº 3º, do RJUE).

### **Deliberação nº 18/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 14 de Abril de 2015 e nos termos do Artº 3º do RJUE, deliberou, *tomar conhecimento* da *Constituição da Comissão Coordenadora* do processo de *Discussão Pública* apresentada pela Assembleia Municipal e do *Projecto do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, Taxas e Compensações de Coimbra*.

- 8. Regulamento Municipal de Água e de Águas Residuais**, aprovação nos termos da alínea g), do nº 1, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

### **Deliberação nº 19/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 21 de Abril de 2015, deliberou, *por maioria*, aprovar com 34 votos a favor e 7 abstenções o **Regulamento Municipal de Água e de Águas Residuais**.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 9. Coimbra Viva – SRU – liquidação/extinção**, apreciação nos termos das alíneas a) e b), do nº 2, do artº 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

### **Deliberação nº 20/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 14 de Março de 2015, deliberou, *por maioria*, aprovar com 30 votos a favor e 16 abstenções, conceder mandato ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, os poderes para negociar “*Coimbra Viva – SRU*” – *liquidação/extinção*

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 10. Relatório e Contas 2015 da AC, Águas de Coimbra, EM**, tomar conhecimento;

### **Deliberação nº 21/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 14 de Março de 2015, deliberou, *tomar conhecimento* do *Relatório e Contas 2015 da AC, Águas de Coimbra, EM*.

- 11. Isenção do IMI ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais**, prédio na rua da Sota, nºs 3 a 19 da União das Freguesias de Coimbra.

### **Deliberação nº 22/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 14 de Abril de 2015, deliberou, *por unanimidade*, aprovar a *Isenção do IMI ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais*, do prédio na Rua da Sota, nºs 3 a 19 da União das Freguesias de Coimbra.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

- 12. Projecto de Acta nº 4 de 30 de Setembro de 2015**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Deliberação nº 23/2016 (29/04/2016)**

A Assembleia Municipal deliberou, por *maioria*, com 45 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o *Projecto de acta nº 4 de 30 de Setembro de 2015*.

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou o presente projecto de acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, para posterior aprovação.